

IAOD do Deputado Chui Sai Peng Jose em 25.06.2026

Aproveitar as novas exigências da estratégia nacional para destacar o papel de Macau como janela para o intercâmbio e a aprendizagem mútua entre as civilizações

O 15.º Plano Quinquenal do País atribui claramente a Macau uma nova missão: desempenhar um papel como janela importante para o intercâmbio e a aprendizagem mútua entre as civilizações chinesa e ocidental. Esta tarefa corresponde, com precisão, à vantagem histórica e cultural singular de Macau enquanto ponto de encontro entre as culturas chinesa e ocidental, reconhecendo o seu passado papel como “Uma Base de Intercâmbio e Cooperação para a Promoção da Coexistência Multicultural, com Predominância da Cultura Chinesa”, expressando também a expectativa de que Macau assuma um papel mais relevante na futura estratégia cultural nacional. No final do ano passado, por ocasião do 20.º aniversário da inscrição do “Centro Histórico de Macau” na lista do Património Mundial, o Governo organizou, com sucesso, o “Fórum Internacional de Intercâmbio Civilizacional 2025”, alargando assim a sua rede internacional de contactos e demonstrando vividamente o potencial de Macau como “plataforma global de diálogo entre civilizações”. Isto demonstra plenamente que o papel de “janela importante” conferido pelo País é oportuno e repleto de possibilidades.

Recentemente, a França promulgou oficialmente a “Lei de Restituição de Bens Culturais”, tornando-se no primeiro país ocidental a adoptar uma legislação especializada para tratar, de forma sistemática, os bens culturais adquiridos ilegalmente, o que marca um passo importante no reconhecimento da História e na promoção da devolução de bens culturais a países estrangeiros. Este acontecimento inspirou-me profundamente: Macau, enquanto exemplo bem-sucedido de convivência pacífica entre as civilizações chinesa e ocidental e da prática do princípio “Um País, Dois Sistemas”, possui todas as condições para, aproveitando a sua posição enquanto elo de ligação entre Oriente e Ocidente, a sua diversidade cultural e a flexibilidade institucional, criar uma plataforma de diálogo pacífico, profissional e construtivo entre a Pátria e outros países sobre a questão de bens culturais ilegalmente exportados, desempenhando efectivamente um papel de janela para o intercâmbio e a aprendizagem mútua entre as civilizações chinesa e ocidental, com o objectivo de ajudar a recuperar o património cultural que se encontra no estrangeiro.

Assim, apresento as três sugestões seguintes:

1. Sugiro que o Governo estude a inclusão da “promoção da restituição à Pátria de bens culturais” como uma direcção concreta de trabalho para concretizar o “papel importante de janela para o intercâmbio e a aprendizagem mútua entre as civilizações ocidental e chinesa”. Promover a restituição pacífica de bens culturais é indispensável para curar as feridas históricas decorrentes do choque entre civilizações e alcançar uma concordata duradoura. Aproveitando a base bem-sucedida do “Fórum Internacional de Intercâmbio Civilizacional” do ano passado, há que promover ainda mais a comunicação racional e a investigação jurídica sobre a restituição de bens culturais na comunidade internacional. Isto não só enriquecerá o conteúdo substantivo da aprendizagem mútua entre as civilizações ocidental

e chinesa em Macau, como poderá ser um novo meio para alinhar com o “15.º Plano Quinquenal” do País, integrando-se e servindo a conjuntura de desenvolvimento nacional, evidenciando assim o papel activo de Macau na era actual.

2. Sugiro que o Governo desenvolva de forma sistemática uma campanha de educação pública sobre a “recuperação de bens culturais desaparecidos”. Através de exposições temáticas, conferências, manuais educativos e campanhas multimédia, os residentes de Macau, especialmente as gerações mais jovens, deverão ser levados a compreender profundamente o valor artístico e a história conturbada destas preciosidades nacionais, bem como a justiça e complexidade dos esforços de recuperação. Isto reforçará o sentimento patriótico e a consciência histórica dos cidadãos, e também criará uma base sólida de consenso social para que Macau desempenhe eficazmente a sua missão de aprendizagem mútua entre civilizações.

3. Sugiro que a questão da recuperação de bens culturais seja integrada no plano de desenvolvimento da “Zona Internacional de Turismo e Cultura Integrados de Macau”. Em cooperação com departamentos como a Administração Nacional do Património Cultural, há que mostrar de forma sistemática os principais casos de recuperação de bens culturais chineses no estrangeiro, os documentos jurídicos, os esforços diplomáticos e os resultados alcançados, permitindo que os residentes locais e os turistas internacionais percebam a importância desta recuperação para o fomento do diálogo internacional e o aprofundamento da compreensão entre civilizações. Isto aprofundará a substância cultural e as características turísticas de Macau, e também, através da plataforma de encontro entre as civilizações ocidental e chinesa, demonstrará à comunidade internacional a contribuição prática da civilização chinesa para a construção de uma comunidade com futuro partilhado com a humanidade, evidenciando, de forma ainda mais importante, que a influência internacional de Macau pode servir de forma eficaz o desenvolvimento nacional!